

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.568 - MG (2019/0013832-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MG079757  
HELENA PATRÍCIA FREITAS E OUTRO(S) - MG079760  
YARA MARQUES - MG126480  
SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG044698N  
FELIPE AUGUSTO GOMES DE GOUVEIA - MG128374  
**AGRAVADO** : ANNA PAULA SILVA PEREIRA  
**ADVOGADOS** : WALDEMAR PIMENTA DE FIGUEIREDO - MG006579N  
VANESSA PIMENTA HENRIQUES - MG100666

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, INC. III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

ANNA PAULA SILVA PEREIRA (ANNA PAULA) ajuizou medida cautelar inominada contra BANCO DO BRASIL S/A (BANCO DO BRASIL), que foi julgada procedente.

A apelação interposta por BANCO DO BRASIL não foi provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

*APELAÇÃO CÍVEL — MEDIDA CAUTELAR - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO — DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO - DESCONTOS GLOBAIS LIMITADOS A 30% DOS RENDIMENTOS - POSSIBILIDADE - PERICULUM IN MORA E FUMUS BONI IURIS - PEDIDO PROCEDENTE.*

*- Presente nos autos prova suficiente a demonstrar a presença do fumus boni juris' e do 'periculum in mora' necessários para o ajuizamento da medida cautelar para limitação de descontos promovidos nos rendimentos mensais do devedor, pleito já deferido liminarmente, deve-se considerar definitiva, por sentença, a decisão proferida em sede de cognição sumária.*

*- Levando em consideração a natureza alimentar dos proventos do devedor, não pode ser admitido à dedução de valores que comprometam a sua subsistência e de sua família, sendo, assim, razoável o desconto global em percentual não superior a 30% (trinta por cento) do valor dos seus rendimentos, para que seja preservada a livre vontade das partes, não colocando em risco a parcela alimentar do salário. (e-STJ fls. 173)*

Inconformado, BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 5º, inc. XXXVI da CF e 6º, § 1º do LICC, ao sustentar que (1) a recorrida assinou o contrato livremente, escolhendo a quantidade de parcelas, o dia dos vencimentos das prestações e a forma de pagamento de seu débito, devendo responder pelas obrigações assumidas; e (2) no julgamento do REsp 1.586.910, o STJ entendeu *"que não é possível a limitação que as instâncias ordinárias têm imposto às instituições financeiras, ao aplicarem, por analogia, a limitação de 30% prevista para consignados com desconto em folha de pagamento"*.

O apelo nobre não foi admitido em virtude da incidência da Súmula 83 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, BANCO DO BRASIL sustentou que (a) o recurso especial foi interposto pela divergência jurisprudencial; (b) o desconto em conta corrente decorre de contrato e não se confunde com penhora, não devendo ser tratado como penhora de vencimentos; e (c) o desconto não pode ser suprimido por vontade unilateral da devedora. Trouxe argumentos sobre recurso inadmitido por falta de preparo.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*.

A irresignação não merece prosperar.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada atinentes à incidência da Súmula 83/STJ.

Na hipótese em que se pretende impugnar a incidência da Súmula nº

83/STJ, devem ser indicados precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual.

No caso, o agravante apresentou argumentos dissociados dos fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial.

Assim, o recurso não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissão.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

**MAJORO** em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de BANCO DO BRASIL, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC. Ressalte-se não ser aplicável, no caso, o limite previsto no § 2º do mesmo artigo, porque a verba honorária foi estipulada com base na equidade.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator